

Com processo de abertura renasceu esperança

Após este período, devido ao fechamento político nenhuma iniciativa de maior envergadura foi tomada no Parlamento em prol do direito do voto. A nível de mobilizações populares, as entidades não tiveram capacidade de avançar nesta luta até mesmo porque muitas delas sofreram intervenção do Ministério do Trabalho. Somente a abertura política do governo Geisel, a partir de 1975, proporcionou uma volta ao debate sobre o tema, quando começaram então a ser realizadas amplas discussões em recintos fechados. Os primeiros atos de rua, com concentrações em praças públicas, apareceram por volta de 1980.

No Congresso Nacional, coube ao senhor Catete Pinheiro (Arena/PA) a apresentação de uma emenda constitucional estendendo a Brasília o direito de ter três representantes no Senado. Logo após esta iniciativa,

outros dois congressistas, ambos do MDB (hoje PMDB) também apresentaram suas propostas. O senador Itamar Franco (MG) exigia representação a nível de Senado e Câmara dos Deputados e o deputado Epitácio Cafeteira (MA) estendia esta representação até a Assembléia Legislativa. Apesar da mobilização que se conseguiu fazer na época nas galerias da Câmara dos Deputados — pela primeira vez na história de Brasília — todas estas propostas não alcançaram quorum suficiente para aprovação.

O esforço de parlamentares da oposição pela conquista da cidadania no Distrito Federal não se encerrou nestes episódios. O deputado Mauricio Fruet — do então MDB; hoje é prefeito de Curitiba — apresentou uma emenda criando representação no Senado, Câmara e Assembléia Legislativa. Com

esta iniciativa, o movimento popular começa a dar mostras de maior vigor em Brasília. Surge o Comitê Pró-Voto, o qual, articulado com as entidades de classe e partidos políticos, inicia comícios em praça pública. Um fato histórico deve ser anotado: pela primeira vez o movimento em prol da representação conseguiu unir num comício — realizado no estacionamento ao lado da Associação Comercial do Distrito Federal — Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Leonel Brizola e Luis Inácio Lula da Silva.

Com a emenda de Fruet derrotada, uma outra começou a tramitar no Congresso, pouco depois da reforma partidária. Desta vez, a proposta partiu do deputado Alceu Colares PDT-RS e estendia também a representação até a Assembléia Legislativa. Nesta época José Frejat (PDT-RJ) apresenta uma emenda mais restrita — apenas

três senadores — e Mauricio Fruet conseguiu recolocar o seu projeto na ordem do dia. As propostas novamente são rejeitadas devido à intransigência dos deputados e senadores do PDS, que sempre votaram seguindo orientação do Palácio do Planalto.

O ânimo da oposição, respaldada nas articulações das entidades classistas e de moradores de Brasília, além dos partidos políticos locais, não se desvaneceu. Ao mesmo tempo entram em discussão a emenda Mauricio Fruet — pela terceira vez — e a do senador Mário Maia (PMDB-AC). Esta última acrescenta um dado novo nas propostas anteriores: a eleição direta do governador do Distrito Federal. Estas emendas já estão engatilhadas para entrar em regime de votação e, para isso, basta apenas um acordo de liderança.